

**ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Vivo Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Jr., 1464, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.074/0001-73, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

(ii) **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4 – Grupo 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 4ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Quarta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie Quirografária, da Vivo Participações S.A. ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**DA AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

**1.2.** Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 4 de setembro de 2009, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("RCA" e "Lei das S.A.", respectivamente), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será ratificada por meio de nova Reunião do Conselho de Administração da Emissora após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM nº 400", respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para proceder a colocação pública das Debêntures e executar demais atos necessários.

8

## **DOS REQUISITOS**

A quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures inicialmente ofertadas, e observados os limites impostos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 4ª Emissão da Vivo Participações S.A. ("Contrato de Distribuição"), da espécie quirografária, em até três séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias**

**2.1.1.** A ata de RCA que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 8 de setembro de 2009, sob n.º 352.818/09-8, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em 18 de setembro de 2009.


**2.1.2.** Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que ratificará a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.2 acima.

### **2.2. Inscrição da Escritura**

A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

### **2.3. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário**

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos de renda fixa), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta (conforme definido abaixo) e da negociação das Debêntures.



## **2.4. Registro na CVM**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das S.A., da Instrução da CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis ("Oferta"). O registro da Oferta será requerido por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2009 ("Instrução CVM 471"), sendo a Oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID") e da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e ANBID, e em observância ao disposto no "Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários".

## **2.5. Objeto Social da Emissora**

Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora: (i) exercer o controle de sociedades exploradoras do serviço móvel celular, serviço móvel pessoal e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas; (ii) promover, através de sociedades controladas ou coligadas, a expansão e implantação de serviços de telecomunicações, nas respectivas áreas de concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas; (iii) promover, realizar ou orientar a captação, em fontes internas e externas, de recursos a serem aplicados pela Emissora ou pelas suas controladas; (iv) promover e estimular atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (v) executar, através de sociedades controladas ou coligadas, serviços técnicos especializados, relativos à área de telecomunicações; (vi) promover, estimular, realizar e coordenar, através de suas sociedades controladas ou coligadas, a formação e o treinamento do pessoal necessário ao setor de telecomunicações; (vii) realizar ou promover importações de bens e serviços para as suas sociedades controladas e coligadas; (viii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; (ix) participar do capital de outras sociedades; e (x) comercializar equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações.

## **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS TRÊS SÉRIES**

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

### **3.1. Número da Emissão e Valor Total**

A presente Escritura representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção de Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

8

### 3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

### 3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, em até 3 (três) séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das séries será decidida em comum acordo entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Em razão da demanda apurada no Procedimento de *Bookbuilding*: (a) a Emissora poderá, a seu critério, com a concordância do Coordenador Líder, optar por não emitir quaisquer das séries de Debêntures: e/ou, conforme o caso, (b) a quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada em até 35% (trinta e cinco por cento), nos termos do artigo 14, § 2º, e do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03.

3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Debêntures Adicionais”), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Debêntures Adicionais”). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.2. A Emissora concederá ao Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”), uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida (“Debêntures do Lote Suplementar”), a ser exercida pelo Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 (“Opção de Lote Suplementar”).

3.3.3. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

### 3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador (conforme definido no item 3.16.2. abaixo). Adicionalmente, será reconhecido

8 6

como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

### **3.5. Conversibilidade**

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### **3.6. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária.

### **3.7. Limite de Emissão**

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das S.A., tendo em vista que não excede o valor do capital social da Emissora, considerando inclusive as debêntures atualmente em circulação.

### **3.8. Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2009 (“Data de Emissão”).

### **3.9. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, e da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio do Agente Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP ou BM&BOVESPA.

#### **3.9.1. Imunidade dos Debenturistas**

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

8

### **3.10. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### **3.11. Encargos Moratórios**

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação o pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### **3.12. Mora do Debenturista**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### **3.13. Publicidade**

Todos os atos e decisões que vierem, de quaisquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal "Valor Econômico", edição nacional, e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

### **3.14. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob

8

protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

**Vivo Participações S.A.**

Avenida Roque Petroni Jr., 1464, 6º andar  
São Paulo – SP

At.: Sr. Luis André Blanco

Tel.: (11) 7420-1185

Fax: (11) 7420-2250

E-mail: [luis.blanco@vivo.com.br](mailto:luis.blanco@vivo.com.br)

(b) Para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, Sala 514 - Bloco 04

Rio de Janeiro – RJ, 22640-102

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4572

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)/[pentagono@pentagonotrustee.com.br](mailto:pentagono@pentagonotrustee.com.br)

(c) Para o Banco Mandatário:

**Banco Itaú S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar  
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

(d) Para o Agente Escriturador:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar  
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [luiz.loureiro@itau.com.br](mailto:luiz.loureiro@itau.com.br)

(e) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

8

(f) Para a BM&FBOVESPA:

**BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS**

Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP

Site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

### **3.15. Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Oferta serão destinados para (a) pagamento integral do valor de principal da dívida representada pela 6ª (sexta) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), bem como os juros estimados em aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e (b) reforço de capital de giro da Emissora, conforme detalhadamente descrito no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e a ser descrito no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo", e em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos").

### **3.16. Banco Mandatário e Escriturador**

3.16.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.16.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

### **3.17. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures de todas as séries será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento") sendo que, conforme cláusulas 4.2, 5.2 e 6.2 abaixo, as condições de remuneração das Debêntures da 1ª série serão repactuadas em 15 de outubro de 2012, as condições de remuneração das Debêntures da 2ª série serão repactuadas em 15 de outubro de 2013 e as condições de remuneração das Debêntures da 3ª série serão repactuadas em 15 de outubro de 2014.

### **3.18. Regime de Colocação**

O Coordenador Líder se compromete a estruturar a Emissão em regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures inicialmente ofertadas, observados os

8



limites prescritos no Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder da Emissão.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

## **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE**

### **4.1. Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") será definido a critério da Emissora, em comum acordo com o Coordenador Líder, após verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

### **4.2. Repactuação das Debêntures da 1ª Série**

4.2.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus à Remuneração da 1ª Série (conforme definido na cláusula 4.4.2 abaixo) durante o período de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão ("Primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série"), ou seja, até 15 de outubro de 2012 ("Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série"), quando ocorrerá a repactuação das Debêntures da 1ª Série e passarão a vigorar novas taxas de juros remuneratórios sobre as Debêntures da 1ª Série ("Repactuação das Debêntures da 1ª Série"). As novas condições de remuneração das Debêntures da 1ª Série, que vigorarão por período a ser determinado na Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série ("Segundo Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série"), serão deliberadas e aprovadas em Reunião de Conselho de Administração da Emissora a ser realizada, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série, e deverão ser comunicadas aos titulares de Debêntures da 1ª Série 10 (dez) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série. Os titulares de Debêntures da 1ª Série que não aceitarem as condições de Repactuação das Debêntures da 1ª Série fixadas pela Emissora poderão solicitar a recompra, pela Emissora, de Debêntures da 1ª Série de sua titularidade até 5 (cinco) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série, hipótese em que a Emissora terá a obrigação de recomprar a totalidade das Debêntures da 1ª série cuja recompra tenha sido solicitada pelos respectivos titulares, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série (conforme definido abaixo) até a data da efetiva aquisição. As Debêntures da 1ª Série recompradas pela Emissora nos termos descritos acima poderão ser canceladas ou mantidas em tesouraria pela Emissora para posterior revenda. Os titulares de Debêntures da 1ª Série que não manifestarem sua vontade em até 5 (cinco) dias antes da Data de Repactuação das Debêntures da 1ª Série terão sua aceitação presumida, de modo que suas Debêntures da 1ª Série não serão recompradas pela Emissora e sobre elas passarão a incidir os juros remuneratórios repactuados.

4.2.2. Caso as novas condições de remuneração dos titulares de Debêntures da 1ª Série não sejam aprovadas por titulares de Debêntures da 1ª Série cujo montante total seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação em até 30 (trinta) dias contados da Data da Repactuação das Debêntures da 1ª Série, sendo que o resgate deverá ocorrer em uma mesma data para todas as Debêntures da 1ª série, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação de “Aviso aos Debenturistas” com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate acima referido será realizado pela Emissora mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série até a data do efetivo resgate. Não será devido, pela Emissora, qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o valor a ser resgatado nos termos descritos acima.

### **4.3. Pagamento do Valor Nominal**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será devido na Data de Vencimento.

### **4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série (“Rendimento da 1ª Série”)**

#### **4.4.1. Atualização da 1ª Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

#### **4.4.2. Remuneração da 1ª Série**

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de, no máximo, 110% (cento e dez por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominadas “Taxa DI Over Extra Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Remuneração da 1ª Série” e “Taxa DI”, respectivamente), calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 4.4.2.5 abaixo, observado que a taxa final aplicável para cálculo da Remuneração da 1ª Série será apurada no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4.2.3. A Remuneração da 1ª Série mencionada no item 4.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

§

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a Data de Pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

*J* - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*VNe* - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator DI* - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

*k* - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

*n* - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

*p* - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding.

*TDI<sub>k</sub>* - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

*DI<sub>k</sub>* - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado.

8

*trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*

*Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.*

*"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.*

4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI como forma de remuneração das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para

cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico, edição nacional; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.4.2.11. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2010 (“Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série”).

#### **4.5. Integralização**

A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **4.6. Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, mediante deliberação pelo Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas da 1ª Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da 1ª Série por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série”). A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13. desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures da 1ª Série ou se a mesma será parcial e, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures da 1ª Série e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série;

8 1

(iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas da 1ª Série, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado da 1ª Série. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido (i) da Remuneração da 1ª Série devida até a data de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, calculada nos termos do item 4.4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas da 1ª Série, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

4.6.2. As Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.6.3. O pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP e BOVESPAFIX, para as Debêntures registradas no SND ou DDA, respectivamente, conforme as Debêntures da 1ª Série estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Escriitor, no caso de titulares das Debêntures da 1ª Série que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

4.6.4. No caso de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série, para as Debêntures da 1ª Série registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas da 1ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas por cada Debenturista da 1ª Série serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

#### **4.7. Preço de Subscrição**

As Debêntures da 1ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.2 desta Escritura.

0

## CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

### 5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido a critério da Emissora, em comum acordo com o Coordenador Líder, após verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurada no Procedimento de *Bookbuilding*. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das S.A., as Debêntures da 2ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª Série ou cancelado o saldo não colocado.

### 5.2. Repactuação das Debêntures da 2ª Série

5.2.1. As Debêntures da 2ª Série farão jus à Remuneração da 2ª Série (conforme definido na cláusula 5.4.2 abaixo) durante o período de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão (“Primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série”), ou seja, até 15 de outubro de 2013 (“Data da Repactuação das Debêntures da 2ª Série”), quando ocorrerá a repactuação das Debêntures da 2ª Série e passarão a vigorar novas taxas de juros remuneratórios sobre as Debêntures da 2ª Série (“Repactuação das Debêntures da 2ª Série”). As novas condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série, que vigorarão por período a ser determinado na Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série (“Segundo Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série”), serão deliberadas e aprovadas em Reunião de Conselho de Administração da Emissora a ser realizada, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 2ª Série, e deverão ser comunicadas aos titulares das Debêntures da 2ª Série 10 (dez) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 2ª Série. Os titulares das Debêntures da 2ª Série que não aceitarem as condições de Repactuação das Debêntures da 2ª Série fixadas pela Emissora poderão solicitar a recompra, pela Emissora, de Debêntures da 2ª Série de sua titularidade até 5 (cinco) dias antes da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série, hipótese em que a Emissora terá a obrigação de recomprar a totalidade das Debêntures da 2ª série cuja recompra tenha sido solicitada pelos respectivos titulares, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definido abaixo) até a data da efetiva aquisição. As Debêntures da 2ª Série recompradas pela Emissora nos termos descritos acima poderão ser canceladas ou mantidas em tesouraria pela Emissora para posterior revenda. Os titulares das Debêntures da 2ª Série que não manifestarem sua vontade em até 5 (cinco) dias antes da Data de Repactuação das Debêntures da 2ª Série terão sua aceitação presumida, de modo que suas Debêntures da 2ª Série não serão recompradas pela Emissora e sobre elas passarão a incidir os juros remuneratórios repactuados.

5.2.2. Caso as novas condições de remuneração das Debêntures da 2ª Série não sejam aprovadas por titulares de Debêntures da 2ª Série cujo montante total seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em até 30 (trinta)

dias contados da Data da Repactuação das Debêntures da 2ª Série, sendo que o resgate deverá ocorrer em uma mesma data para todas as Debêntures da 2ª série, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação de “Aviso aos Debenturistas” com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate acima referido será realizado pela Emissora mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série até a data do efetivo resgate. Não será devido, pela Emissora, qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o valor a ser resgatado nos termos descritos acima.

### **5.3. Pagamento do Valor Nominal**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será devido na Data de Vencimento.

### **5.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série (“Rendimento da 2ª Série”)**

#### **5.4.1. Atualização da 2ª Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

#### **5.4.2. Remuneração da 2ª Série**

5.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração:

5.4.2.2. As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de, no máximo, 115% (cento e quinze por cento) da Taxa DI (“Remuneração da 2ª Série”), calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na fórmula do item 5.4.2.5 abaixo,.

5.4.2.3. A Remuneração da 2ª Série mencionada no item 5.4.2.2 acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

5.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a Data de Pagamento da Remuneração 2ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

5.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (FatorDI - 1)$$



onde:

$J$  - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

$VNe$  - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

$k$  - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até  $n$ .

$n$  - Número total de Taxas DI, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

$p$  - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, a ser definido em Procedimento de Bookbuilding.

$TDI_k$  - Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de

*Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.*

5.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.4.2.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 2ª Série"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

5.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

5.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

5.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Estado de São Paulo e (b) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

5.4.2.11. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2010 ("Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série").

### **5.5. Integralização**

A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

### **5.6. Oferta de Resgate Antecipado**

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, mediante deliberação pelo Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série, endereçada a todos os Debenturistas da 2ª Série sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas da 2ª Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da 2ª Série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série"). A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures da 2ª Série ou se a mesma será parcial e, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures da 2ª Série e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série;

(iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas da 2ª Série, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado da 2ª Série. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.

acrescido (i) da Remuneração da 2ª Série devida até a data de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série, calculada nos termos do item 5.4.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas da 2ª Série, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

5.6.2. As Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.6.3. O pagamento das Debêntures da 2ª Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP e BOVESPAFIX, para as Debêntures registradas no SND ou DDA, respectivamente, conforme as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Escriturador, no caso de titulares das Debêntures da 2ª Série que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

5.6.4. No caso de resgate antecipado das Debêntures da 2ª Série, para as Debêntures da 2ª Série registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas da 2ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas por cada Debenturista da 2ª Série serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

## **5.7. Preço de Subscrição**

As Debêntures da 2ª Série serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 5.4.2 desta Escritura.

## **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 3ª SÉRIE**

### **6.1. Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado na terceira Série (“Debêntures da 3ª Série”) será definido a critério da Emissora, em comum acordo com o Coordenador Líder, após verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding*. Conforme disposto no §3º do artigo 59 da Lei das S.A., as Debêntures da 3ª Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da 1ª e da 2ª Série ou cancelado o saldo não colocado.

## 6.2. Repactuação das Debêntures da 3ª Série

6.2.1. As Debêntures da 3ª Série farão jus à Remuneração da 3ª Série (conforme definido na cláusula 6.6 abaixo) durante o período de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, ou seja, até 15 de outubro de 2014 (“Data da Repactuação das Debêntures da 3ª Série”), quando ocorrerá a repactuação das Debêntures da 3ª Série e passarão a vigorar novas taxas de juros remuneratórios sobre as Debêntures da 3ª Série (“Repactuação das Debêntures da 3ª Série”). As novas condições de remuneração das Debêntures da 3ª Série, que vigorarão por período a ser determinado na Data de Repactuação das Debêntures da 3ª Série (“Segundo Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série”), serão deliberadas e aprovadas em Reunião de Conselho de Administração da Emissora a ser realizada, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 3ª Série, e deverão ser comunicadas aos titulares das Debêntures da 3ª Série 10 (dez) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 3ª Série. Os titulares das Debêntures da 3ª Série que não aceitarem as condições de repactuação fixadas pela Emissora poderão solicitar a recompra, pela Emissora, de Debêntures da 3ª Série de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da Data da Repactuação das Debêntures da 3ª Série, hipótese em que a Emissora terá a obrigação de recomprar a totalidade das Debêntures da 3ª série cuja recompra tenha sido solicitada pelos respectivos titulares, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série acrescido da Remuneração da 3ª Série (conforme definido na cláusula 6.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 3ª Série (conforme definido abaixo) até a data da efetiva aquisição. As Debêntures da 3ª Série recompradas nos termos descritos acima poderão ser canceladas ou mantidas em tesouraria pela Emissora para posterior revenda. Os titulares das Debêntures da 3ª Série que não manifestarem sua vontade até 5 (cinco) dias antes da Data de Repactuação das Debêntures da 3ª Série terão sua aceitação presumida, de modo que suas Debêntures da 3ª Série não serão recompradas pela Emissora e sobre elas passarão a incidir os juros remuneratórios repactuados.

6.2.2. Caso as novas condições de remuneração das Debêntures da 3ª Série não sejam aprovadas por titulares de Debêntures da 3ª Série cujo montante total seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação em até 30 (trinta) dias contados da Data da Repactuação das Debêntures da 3ª Série, sendo que o resgate deverá ocorrer em uma mesma data para todas as Debêntures da 3ª série, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação de “Aviso aos Debenturistas” com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate acima referido será realizado pela Emissora mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração da 3ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração da 3ª Série até a data do efetivo resgate. Não será devido, pela Emissora, qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o valor a ser resgatado nos termos descritos acima.

### 6.3. Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será devido na Data de Vencimento.

### 6.4. Rendimento da 3ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 3ª Série (conforme definida no item 6.4.1 abaixo) e pela Remuneração da 3ª Série (conforme definido no item 6.6 abaixo) ("Rendimento da 3ª Série"):

#### 6.4.1. Atualização e Remuneração das Debêntures da 3ª Série

As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização da 3ª Série") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série"), sendo o produto da Atualização da 3ª Série incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

$VNa$  = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$VNe$  = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$C$  = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

$N$  = número total de índices considerados na atualização do ativo,

sendo  $n$  um número inteiro;

$NI_k$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

$NI_{k-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês " $k$ ";

$Dup$  = número de dias úteis entre a última data de aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo " $dup$ " um número inteiro;

$Dut$  = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário, sendo " $dut$ " um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão  $\left( \frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$ .

i. O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;

ii. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

iii. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos do ativo em questão;

iv. Os fatores resultantes das expressões:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

v. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

**6.4.1.1.** No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado até a data do cálculo, não

5

sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

6.4.1.1.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 3ª Série"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

6.4.1.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da atualização monetária das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

6.4.1.1.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 3ª Série entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 3ª Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração da 3ª Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado.

**6.4.1.2.** Não haverá Atualização da 3ª Série para períodos inferiores a 12 meses, salvo no caso de Resgate Antecipado.

## **6.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 3ª Série**

A Atualização das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, exclusivamente (i) por ocasião da recompra das Debêntures da 3ª Série dos Debenturistas que não concordarem com os termos da Repactuação das Debêntures da 3ª Série; e/ou (ii) na Data de Vencimento ou Resgate Antecipado.



## 6.6. Remuneração da 3ª Série

As Debêntures da 3ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à taxa fixa a ser determinada no Procedimento de *Bookbuilding*, tendo como taxa percentual máxima o cupom das Notas do Tesouro Nacional – série B com vencimento em 2015, acrescido de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A taxa fixa referida acima incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série e será calculada, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis. (“Remuneração da 3ª Série”, sendo a Remuneração da 1ª Série, a Remuneração da 2ª Série e a Remuneração da 3ª Série, referidas indistintamente simplesmente como “Remuneração”).

6.6.1. A Remuneração da 3ª Série mencionada acima será apurada em Procedimento de *Bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.6.2. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na Data de Pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da 3ª Série correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.6.3. O cálculo da Remuneração da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

$J$  = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNa$  = valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$  = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

6

onde:

*taxa* = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de Bookbuilding;

*n* = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

*DP* = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

*DT* = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

#### **6.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série**

6.7.1. O pagamento da Remuneração da 3ª Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2010 ("Datas de Pagamento da Remuneração da 3ª Série", sendo as Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série, as Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série e as Datas de Pagamento da Remuneração da 3ª Série referidas em conjunto e/ou indistintamente simplesmente como "Datas de Pagamento de Remuneração").

#### **6.8. Integralização**

6.8.1. A integralização das Debêntures da 3ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **6.9. Oferta de Resgate Antecipado**

6.9.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, mediante deliberação pelo Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série, endereçada a todos os Debenturistas da 3ª Série sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas da 3ª Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da 3ª Série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série"). A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série será operacionalizada da seguinte forma:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 3.13 desta Escritura ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures da 3ª Série ou se a mesma será parcial e, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série:

6

(iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures da 3ª Série e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série;

(iii) a Emissora, poderá condicionar o Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas da 3ª Série, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado da 3ª Série. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, acrescido (i) do Rendimento da 3ª Série devida até a data de Resgate Antecipado das Debêntures da 3ª Série, calculada nos termos do item 6.4 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas da 3ª Série, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

6.9.2. As Debêntures da 3ª Série resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

6.9.3. O pagamento das Debêntures da 3ª Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP ou BOVESPAFIX, para as Debêntures registradas no SND ou DDA, respectivamente, conforme as Debêntures da 3ª Série estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Escriturador, no caso de titulares das Debêntures da 3ª Série que não estejam custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.9.4. No caso de resgate antecipado das Debêntures da 3ª Série, para as Debêntures da 3ª Série registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada através de “operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas da 3ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da 3ª Série a serem resgatadas por cada Debenturista da 3ª Série serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

#### **6.10. Preço de Subscrição**

As Debêntures da 3ª Série serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, acrescido da Remuneração da 3ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 6.4.1 e 6.6 desta Escritura.

#### **DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

**7.1.** Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma prevista nesta Escritura previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança, relevante e significativa, na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da referida mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete, de forma significativa, a Emissora, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos no item 9.1 abaixo); e
- (e) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) relevantes e necessárias à exploração de seus negócios e cuja inexistência, irregularidade ou não renovação possa impactar adversamente, de forma significativa, a condução de seu negócios.

**7.2.** A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário, (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial

para a Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas na alínea (ii) acima deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, devidamente auditados e revisados por auditores independentes da Emissora, juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros, e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento;

(b) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) contratar e manter contratada agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para (i) elaborar e manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(g) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(h) cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

(i) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora.

## DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

### 8.1. Aquisição Facultativa

**8.1.1.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento da 1ª Série, do Rendimento da 2ª Série ou do Rendimento da 3ª Série, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento do Rendimento da 1ª Série, do Rendimento da 2ª Série ou do Rendimento da 3ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

**8.1.2.** As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

**8.1.3.** As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

### VENCIMENTO ANTECIPADO

**9.1.** As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo ("Eventos de Inadimplemento"):

- (a) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Telefônica S.A. ("Telefônica") e/ou da Portugal Telecom S.G.P.S. S.A. ("PT SGPS") do controle acionário da Emissora, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) for(em) sociedade(s) com *rating* no mínimo equivalente ao *investment grade* da Telefônica e/ou da PT SGPS em escala global, conforme classificação atribuída pela Moody's América Latina Ltda., Fitch Ratings Brasil Ltda. ou Standard & Poor's;
- (b) alienação do controle acionário da Vivo S.A. pela Emissora, de forma que a Emissora deixe de deter o controle acionário direto e indireto da Vivo S.A.;

- (c) pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou pela Vivo S.A. a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida a homologação do referido plano de recuperação judicial;
- (d) se for verificado estado de insolvência da Emissora e/ou da Vivo S.A., incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (e) liquidação ou dissolução da Emissora;
- (f) pedido de falência cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência, e que não tenha sido sustado no prazo legal, decretação de falência, autofalência ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora e/ou da Vivo S.A.;
- (g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra a Vivo S.A. que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 20 (vinte) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência do protesto, à exceção do protesto efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Vivo S.A. no prazo de que trata esta alínea (g);
- (h) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 4ª Emissão, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do vencimento original;
- (i) falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em até 10 (dez) dias contados da data do respectivo descumprimento;
- (j) perda da autorização para prestação de serviços de telefonia móvel pela Vivo S.A. em sua área de atuação que (i) não seja revertida ou contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento, pela Vivo S.A., de comunicação nesse sentido; e (ii) comprovadamente, através das próximas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, resulte em redução da receita consolidada da Emissora dos últimos 12 (doze) meses decorrente da prestação de serviços de telefonia móvel em montante igual ou superior a 15% (quinze por cento) dessa receita consolidada da Emissora apurada nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão;

- (k) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data de vencimento original da obrigação financeira não cumprida, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora;
- (l) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura, ou de qualquer informação constante dos Prospectos, que afete de forma relevante e negativamente adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;
- (m) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;
- (n) recompra de ações pela Emissora, desde que a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (o) redução do capital social da Emissora em montante igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do capital social da Emissora nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão, sem a prévia e expressa anuência de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, desde que não verificada qualquer outra hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) alteração no objeto social da Emissora e/ou da Vivo S.A., de forma que a Emissora e/ou a Vivo S.A. deixem de atuar no setor de telecomunicações;
- (q) incorporação, fusão ou cisão da Emissora por outra sociedade, exceto se: (i) tal operação societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida incorporação, fusão ou cisão;
- (r) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

0 1



- (s) incorporação, fusão ou cisão da Vivo S.A. por outra sociedade, desde que referida operação societária resulte na: (a) alienação do controle acionário direto e indireto da Vivo S.A. pela Emissora; ou (b) transferência ou alienação de ativos operacionais da Vivo S.A. que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) da capacidade operacional da Vivo S.A. na Data de Emissão, exceto se tal operação societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Para os fins desta alínea (s), entende-se como “ativos operacionais”, os ativos utilizados pela Vivo S.A., direta ou indiretamente, para a execução das atividades descritas em seu objeto social;
- (t) alienação de ativos operacionais da Vivo S.A. que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) da capacidade operacional da Vivo S.A. na Data de Emissão, ou caso sobre tais ativos operacionais sejam constituídos ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, exceto (i) no que se refere à constituição de garantias em ações judiciais ou contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.; ou (ii) se tal alienação de ativos operacionais for previamente aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Para os fins desta alínea (t), entende-se como “ativos operacionais”, os ativos utilizados pela Vivo S.A., direta ou indiretamente, para a execução das atividades descritas em seu objeto social;
- (u) não cumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de caráter judicial ou decisão administrativa contra a Emissora ou Vivo S.A. que (i) não seja revertida ou contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data em que a Emissora ou a Vivo S.A. seja comunicada acerca da referida decisão; e (ii) comprovadamente, através das próximas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, resulte em redução da receita consolidada da Emissora dos últimos 12 (doze) meses decorrente da prestação de serviços de telefonia móvel em montante igual ou superior a 15% (quinze por cento) dessa receita consolidada da Emissora apurada nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão;
- (v) transferência pela Emissora, ou por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridas ou assumidas nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia e expressa anuência de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (w) suspensão da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP e BM&FBOVESPA não sanada no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

0

- (x) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores;
- (y) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices e Limites Financeiros”):

Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq 0,32$
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	$\leq 2,50$
Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo / EBITDA	$\leq 0,20$
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	$\geq 3,0$
$\geq$ Significa “maior ou igual a”; e $\leq$ Significa “menor ou igual a”.	

Onde:

**Patrimônio Líquido:** significa o patrimônio líquido da Emissora, inclusive participação dos minoritários da Emissora consolidada;

**Ativo Total:** significa o ativo total da Emissora consolidada;

**Dívida Financeira Líquida:** significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora, que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante). Todos os valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora;

**EBITDA:** significa o resultado antes dos juros pagos e/ou recebidos, imposto de renda, depreciação e amortização, referentes à soma dos 4 (quatro) últimos trimestres da Emissora consolidada;

**Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo:** significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora, que venha a ser criada no passivo circulante, excluída a parcela de curto prazo das dívidas de longo prazo, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia do circulante. Todos os valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

**Despesas Financeiras Líquidas:** significa a rubrica do resultado financeiro no balanço patrimonial consolidado da Emissora referente à soma dos 4 (quatro) últimos trimestres, excluída qualquer despesa referente à remuneração dos acionistas (juros sobre o capital próprio ou outras).

9.1.1. Para fins do disposto na alínea (y) do item 9.1. acima, fica desde já acordado que os Índices e Limites Financeiros serão apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Os Índices e Limites Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices e Limites Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (c), (d), (f) (g), (h), (i), (k), (o), (q), (s), (t) e (v) do item 9.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 9.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Fica desde já estabelecido que a Assembleia de Debenturistas a que se refere esse item será realizada de forma independente para os Debenturistas da 1ª, 2ª e 3ª Série, de modo que a declaração de vencimento antecipado e a declaração de não vencimento antecipado das Debêntures de uma das Séries não aproveitará a nenhuma das outras.

9.3. Na Assembleia mencionada no item 9.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos nos item 11.1 a 11.4 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

9.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item 9.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 9.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

**9.5.** Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª e 2ª Séries ou do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série em circulação, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante do item 3.14 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima.

**9.6.** Na hipótese de pagamento prevista no item 9.5 acima, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência.

## **Do Agente Fiduciário**

### **10.1. Nomeação e declarações**

A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, declara que aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

**10.1.1.** O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

### **10.2. Substituição**

**10.2.1** Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**10.2.2.** Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 10.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a mesma, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**10.2.3.** A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.7 abaixo.

61

**10.2.4.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

**10.2.5.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

**10.2.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

**10.2.7.** O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

**10.2.8.** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

**10.2.9.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

**10.2.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

### **10.3. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

81

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura;
- (k) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures: (i) na sede da Emissora; (ii) na sede do Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e na CETIP; (v) na sede do Coordenador Líder.;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e (iii) à CETIP;
- (u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 7.2 (f) acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (v) acompanhar e revisar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura, desde que previamente recebida a totalidade das informações descritas no item 7.2 e 9.1.1., bem como todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que venham a ser formulados e esclarecidos, nos prazos estabelecidos na presente Escritura; e
- (x) se for o caso, coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas.

#### **10.4. Atribuições Específicas**

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

81

- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, se assim cabível; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

**10.4.1.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, nos termos da cláusula 9.3 acima; e (ii) na alínea (d) acima se, convocada AGD, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

**10.4.2.** As despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos debenturistas, conforme descrito nesta Escritura, correrão por conta da Emissora., sendo que o Agente Fiduciário prestará contas à Emissora de tais despesas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido.

## **10.5. Remuneração**

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

**10.5.1.** Parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), devida a primeira 10 (dez) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão de Debêntures e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento:

**10.5.1.1** Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividade, pagas 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

**10.5.1.2.** A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante

8



pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

10.5.1.3. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5.2. A parcela disposta no item 10.5.1. acima será atualizada pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

10.5.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.5.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 10.5.4 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

10.5.6. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da cláusula 3.11 desta Escritura.

0

## **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Cada Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma independente para os Debenturistas da 1ª, 2ª e 3ª Série, de modo que a convocação, a ordem do dia, os *quoruns* de instalação e os *quoruns* de deliberação serão independentes entre si, e as deliberações tomadas na AGD das Debêntures de uma das Séries não aproveitará a nenhuma das outras.

### **11.1. Convocação**

**11.1.1.** A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**11.1.2.** A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa estabelecidos na Cláusula 3.13 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

### **11.2. Quorum de Instalação**

**11.2.1.** A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

**11.2.2.** Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como pelos respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

### **11.3. Mesa Diretora**

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

### **11.4. Quorum de Deliberação**

**11.4.1.** Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

**11.4.2.** A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

**11.4.3.** As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, à Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e

6

Remuneração, quoruns de AGD, modificação na cláusula de vencimento antecipado, repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

**11.4.4.** Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

**11.4.5.** A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

## **DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário**

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

6

- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das S.A.;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

## **12.2. Declarações e Garantias da Emissora**

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis, legais, válidas e vinculantes de acordo com os seus termos e condições;
- (e) os Prospectos contêm e conterão, na data de publicação do anúncio de início da Oferta, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

8

- (f) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras;
- (g) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,
- (h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora na data a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora na data a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (j) a Emissora está cumprindo, todo os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (k) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**13.2.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**13.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**13.4.** Os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**13.5.** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 21 de setembro de 2009



*Página de Assinatura da Escritura da Quarta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Vivo Participações S.A., celebrada em 21 de setembro de 2009 entre Vivo Participações S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários*

**VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:

Cargo:

**Alexandre Cruz Alves**  
Divisão de Planejamento Financeiro

Nome:

Cargo:

*Página de Assinatura da Escritura da Quarta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Vivo Participações S.A., celebrada em 21 de setembro de 2009 entre Vivo Participações S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários*

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

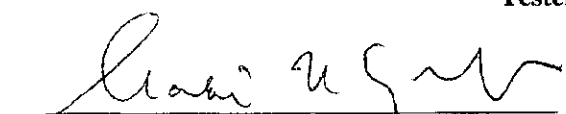
Mariza Lago Zanetti  
Nome:  
Cargo: PROCURADORA

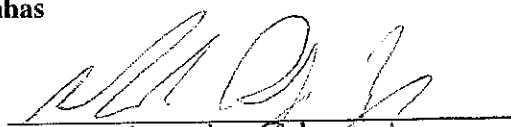
\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:



*Página de Assinatura da Escritura da Quarta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Vivo Participações S.A., celebrada em 21 de setembro de 2009 entre Vivo Participações S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários*

**Testemunhas**

  
Nome: Cláudio NARCISO Gomes Junior  
RG: 17.180.523-9

  
Nome: Marcelo Rodrigues Lopes  
RG: 43.512.714-7